

## Que Ministério!

Saiu publicada no jornal "O Globo", do Rio de Janeiro, entrevista com o presidente Fernando Collor, na qual ele afirma taxativamente receber como "uma facada no coração" as notícias e a boataria sobre corrupção em seu governo. Collor enfatiza ter feito a escolha de ministros baseada em critério de confiança, verificando também o grau de apoio recebido durante a campanha presidencial. Que esses possam ser critérios de indicação de ministros — personalidades públicas da mais alta relevância do poder público de um país — parece-nos desnecessário discutir. Relevante sim é o critério da competência para preenchimento de qualquer cargo; e esse parece ter sido esquecido em determinados casos.

Há que se admitir óbices políticos para a escolha desse ou daquele nome. Pode-se julgar que na área da Justiça, por exemplo, o jurista melhor seria fulano e mesmo assim não se indicaria por se tratar de personalidade ligada a grupo político visceralmente oposto ao do Executivo. Por aí dá para compreender por que o nome mais em evidência em determinada atividade não seja o escolhido. O que não dá para compreender é a indicação de quem notoriamente está despreparado para o exercício da função, como aconteceu no caso de Antonio Rogério Magri, ex-ministro da Previdência Social e do Trabalho, demitido por incompetência, segundo ele próprio admitiu, e atualmente envolvido em denúncia de corrupção, e das grossas.

No caso de Magri, não há como o presidente ser inocentado. A indicação foi obtusa, não atendeu aos interesses maiores do país. Nem o pretenso prestígio que poderia resultar ao governo junto à classe trabalhadora, pela escolha de um ex-dirigente sindical para compor o ministério, serve como justificativa à decisão. Magri, enquanto líder sindical de uma categoria profissional, demonstrava maleabilidade a negociações nem sempre favoráveis à sua categoria, tanto que ganhava entre os setores mais enfadados do sindicalismo brasileiro o triste apelido de "pelego".

O termo designa o dirigente sindical que serve ao patronato, negociando acordos que superficialmente trazem vantagens aos trabalhadores, mas na essência favorecem os patrões. Se a intenção de Collor, portanto, foi fazer média com os trabalhadores, estranhando com a indicação de Magri divididos políticos, o tiro só poderia sair mesmo

pela culatra, como saiu.

Na entrevista a "O Globo", Collor reclama de quem indicou para compor o ministério como se os problemas ocorridos não tivessem nada a ver com ele próprio. Em relação à ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, chegou a dizer que as mulheres perderam uma grande oportunidade de afirmação e de consolidação de espaços conquistados. Ora bolas, que culpa pode caber às mulheres laboriosas e competentes do Brasil se uma de suas pares, indicada para comandar o Ministério da Economia, o mais importante da República, acabou demitida pelo fato de não conseguir deter a escalada inflacionária e ainda por se expor ao ridículo público, confessando um caso amoroso com um companheiro de Ministério, o "casanova" Bernardo Cabral? Se culpa há, essa deve ser devida ao próprio presidente, que, entre tantos nomes de experiência no trato das questões econômicas, resolveu arriscar com Zélia, prestigiando-a pelo assessoramento durante a campanha.

Em relação a Alcení Guerra, outro dos ministros indicados por Collor que terminaram deixando o governo sob suspeita de corrupção, pode-se até absolver o presidente. Afinal, Alcení, se não era uma sumidade nos meios médicos, era do ramo, tratava-se de um político com razoável trânsito, prestígio (mesmo que localizado em seu Estado, o Paraná) e capacidade administrativa demonstrada em âmbito estadual. Não era de se prever, e nem essa poderia ser atribuição de um presidente, as enroladas em que se meteu Alcení. Ele pode até salvar a pele de corrupto que lhe vem sendo imputada por seus críticos — sobre isso a Justiça haverá de dar um veredito dentro em pouco —, mas se não salvar, porém, da fama de ter sido ludibriado por assessores. E um ministro ser ludibriado, convenhamos, não recomenda.

A lição de todo esse lamentável episódio de equívocos de montagem do Ministério original do Governo Collor é que a indicação de assessores da linha de frente não pode tomar como critérios apenas o alinhamento político e a vontade de inovar, escolhendo nomes como efeito de marketing. A competência e a honestidade continuam e continuarão sendo valores indispensáveis na hora de organizar uma equipe diretiva. E se não for possível escolher o melhor, que sejam escolhidos os melhores entre os seus. Pelo menos isso.

EXPEDIENTE  
FOLHA DE CAMPO LARGO  
Diretor-presidente: Germano de Oliveira  
Editor: Inácio Alfonsini Panzani  
Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda  
Rua Marechal Deodoro, 495  
Galeria Virgínia, loja 107  
Telefax: (041) 392-1331  
Campo Largo - Paraná  
Composição, past-up e fotolito  
Comércio de Artes Gráficas Ideias Novas Ltda  
Impressão  
Jornal do Estado Ltda  
Rua Roberto Barroso, 22  
Centro Cívico  
Telefone: (041) 254-7011  
Curitiba - Paraná

### Frases

"Não é miserável a República onde há delitos, senão onde falta o castigo deles". (Padre Antonio Vieira).

\*\*\*

"O Brasil vive uma crise moral; está todo mundo pensando somente em si e o que vale é o dinheiro". (Aristides Junqueira, procurador-geral da República).

\*\*\*

"Radicalismo tem cura: falta de seriedade, dificuldade". (Luís Nassif, jornalista).

\*\*\*

"Como revolucionar a educação estropeando o professor? quase o mesmo preço cobrado aqui. Isso é um absurdo,

## Democracia

Democracia significa o regime político que se funda nos princípios da soberania popular, ou seja, o regime em que os cidadãos se organizam livremente e determinam os destinos políticos da sociedade. Se, munidos desta definição geral, olharmos para as principais nações do mundo, seremos obrigados a concordar que a democracia está em crise. Nos países do Primeiro Mundo esta crise constitui-se após anos de formalização dos mecanismos de representação, burocratização dos partidos políticos, cooptação dos movimentos populares e até repressão das ideologias consideradas "perigosas" pelo poder constituído. É significativo que os dois países mais desenvolvidos economicamente do mundo sejam também os que têm uma política mais formalizada e os que apresentam baixos índices de participação política. Sobre os Estados Unidos é recorrente a crítica da existência real de apenas um partido com duas alas: a republicana e a democrata, sendo que ambas são controladas pelos grandes oligopólios industriais.

Quanto ao Japão, é sabido como os mandarinis do capitalismo investiram na cultura da submissão "pré-existente" nos estratos populares daquele país. Se nos Estados Unidos houve um longo processo de cooptação dos sindicatos combativos através da política do "Estado do Bem Estar", no Japão se-

quer ouvimos falar em organizações de trabalhadores atuantes. Nas grandes potências econômicas fica mais evidente a principal limitação do capitalismo: as tentativas de exercício político por parte do indivíduo só podem ter lugar fora da fábrica. É a tentativa (frustrada) de constituir o cidadão por meio período, o que resulta numa esquizofrenia social e política.

No Brasil, como sempre, a situação é diferente. Não parece correto falar de uma crise de um sistema político que não chegou a se constituir. Em nosso país as oscilações em que a população e principalmente os trabalhadores se organizaram, participando livremente dos destinos da nação, constituíram-se como breves exceções que não chegaram a consolidar-se. As elites brasileiras, mesmo nas suas divergências internas, souberam bem manter o "povo" excluído do processo político e dos benefícios econômicos, e o maior exemplo disto são os "partidos" existentes no país: em sua grande maioria nasceram pelo alto. Resta-nos o consolo de reconhecer que democracia não é um dado pré-estabelecido, ela é um processo, se constrói o tempo todo, através das lutas cotidianas, e nossas armas são: a crítica, a denúncia, a reflexão e a ação.

Nelson Rosário de Souza, sociólogo

## Lucros da safra

Nem bem a safra começou a ser colhida, o governo se apressou em invocar para si os méritos pelo esperado aumento da produção agrícola. A última previsão divulgada pelo Ministério da Agricultura informa que o Brasil deverá colher este ano uma safra de 69,6 milhões de toneladas de grãos. A se confirmar, representaria um crescimento de 20% em relação à safra anterior. Convém lembrar que nos últimos dois anos o Brasil colheu suas piores safras, com uma produção de cerca de 56 milhões de toneladas.

Este mau desempenho da agricultura nos dois primeiros anos do Governo Collor foi provocado pela conjugação de fatores climáticos com a falta de apoio oficial aos agricultores. Esta irresponsabilidade teve um elevado custo para o país. Só no ano passado o Brasil importou cerca de 7 milhões de divisas. O governo parece ter aprendido a lição e o próprio presidente reconheceu que este dinheiro teria sido melhor empregado nas mãos dos agricultores.

A liberação de recursos para o custeio do plantio da safra 1991/92 ficou muito abaixo do volume ideal, sendo insuficiente para incrementar a atividade. Basta ver que o próprio Ministério da Agricultura reconhece que a área plantada teve um aumento discreto de apenas 2,6%. Mas, acreditando nas promessas do governo, os agricultores renovaram as esperanças e investiram no plantio. Os bons resultados começaram a ser colhidos, apesar da seca que castigou algumas das regiões mais produtivas do Paraná, provocando quebra na produção.

Entretanto, agora que chegou a hora de repartir o lucro da colheita, o agricultor está ameaçado de ficar de fora. A despeito das suas promessas, o governo não vem garantindo recursos para a comercialização da safra. Isso já havia ocorrido com o feijão, colhido no final do ano passado.

A recessão tem comprimido o preço dos produtos agrícolas, acentuando a tendência de baixa provocada pelo aumento da produção. Sem mercado para colocar sua produção, o agricultor se vê à mercê dos atravessadores. Os preços ofertados pelos intermediários estão bem abaixo dos preços mínimos do governo.

Para resolver esta questão e repartir de forma justa os lucros da safra, só resta ao governo cumprir suas promessas, liberando EGF com opção de venda ou adquirindo a produção pelo preço mínimo para a formação de estoques reguladores. Se isso não for feito com a máxima urgência, os agricultores estarão sendo traídos mais uma vez. O milho e o algodão, só para citar dois exemplos, não alcançam no mercado o preço mínimo do governo neste começo de safra, situação que tende a se agravar.

O livre mercado, no caso da agricultura, não funciona nem nos países desenvolvidos, como França, Estados Unidos e Japão, onde o setor é altamente subsidiado pelo governo. No Brasil, o governo só tem dinheiro para subsidiar usineiros e rolar suas dívidas, com prazos a perder de vista.

Pedro Tonelli, deputado federal pelo PT-PR

## Carta do leitor

### TRANSPORTE

Senhores redator, leitores, passageiros e, principalmente, autoridades locais: venho através desta reclamar do transporte coletivo em nosso município. É um sistema de transporte totalmente decadente, no qual se vêem ônibus sujos, velhos, caindo aos pedaços; os horários são desatualizados e os itinerários insuficientes; e um preço da passagem simplesmente absurdo em relação ao preço de Curitiba.

Na Capital anda-se de ônibus até 40 quilômetros por quase o mesmo preço cobrado aqui. Isso é um absurdo,

Emanuel Fragozo

## Alça de Mira

### Dívida com INSS

Os municípios devedores da Previdência têm prazo até o final de abril para renegociar a dívida com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS). A partir de maio, os devedores não receberão o repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

### Fundo de Garantia

Nessa época de desemprego crescente, os assalariados precisam estar cientes de uma regra do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço: a multa de 40% em caso de demissão sem justa causa deve incidir sobre todos os depósitos corrigidos e acrescidos de juros, valor nem sempre coincidente com o último saldo. Esta determinação consta da Lei 8.036/90, do decreto 99.684/90 e da resolução 28/91 do Conselho Curador do FGTS. A resolução diz que a multa deve incidir sobre todos os depósitos atualizados monetariamente e acrescidos de juros, "não sendo permitida a dedução de saques ocorridos". Assim, se um trabalhador tinha FGTS de Cr\$ 1 milhão, tirou Cr\$ 500 mil para quitar a casa própria e foi em seguida demitido, terá a multa calculada sobre Cr\$ 1 milhão e não apenas sobre o saldo de Cr\$ 500 mil. A resolução 28/91 também prevê que, na impossibilidade de atualização de todos os depósitos, a base de cálculo da multa deve ser 8% do último salário, multiplicada pelo número de meses do contrato de trabalho.

### Fundo de Garantia 2

O Conselho Curador tomou outra decisão para cobrir de fato a sonegação do recolhimento do FGTS. A partir deste mês, as empresas devem comprovar o recolhimento do FGTS através de recibos contendo autenticação bancária, e não mais pela mera anotação do valor no contra-cheque do trabalhador. A comprovação deverá ser anexada em local visível aos empregados ou divulgada para o sindicato ou associação de funcionários.

### Mortes no trânsito

O tráfego mata mais de 50 mil pessoas por ano no Brasil, só perdendo para problemas de coração e câncer entre as principais causas de morte. A "guerra" no trânsito no Brasil, em números, traz os seguintes registros: frota — 16 milhões de veículos; habilitações — 20 milhões; mortes — 50 mil/ano; ranking — 3ª causa mortis no país; feridos — 350 mil/ano; prejuízo material — 2 bilhões de dólares; acidentes — 1 milhão/ano; estradas — 1,4 milhão de quilômetros; estradas asfaltadas — menos de 10%.

### Modernidade

Considerado por muitos intelectuais como um dos três maiores antropólogos brasileiros — ao lado de Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro —, Roberto DaMatta é um pensador inquieto. Professor na Universidade de Notre-Dame, nos Estados Unidos, passa seis meses de cada ano no Brasil e seis entre os norte-americanos. Convidado para conferência sobre o Brasil em Paris, DaMatta traçou um quadro catastrófico da realidade brasileira, defendendo a necessidade urgente de incorporação do país à modernidade. Na conferência, destacou que "modernidade é coerência. Americano também fura sinal de trânsito e nos Estados Unidos existem ladrões. Só que os criminosos, quando apanhados, são punidos e não adianta dizer que se é irmão de fulano o amigo do beltrano. Esse mínimo de operacionalidade só não se atinge no Brasil por falta de vergonha na cara. É um descompasso em termos de modernidade que um professor universitário brasileiro

ganhe mil dólares e um deputado federal, omissos, ganhe 16 mil dólares. Não quero que o deputado receba pouco, mas convenhamos, os deputados fazem seus salários e o sistema educacional sequer é discutido".

### Aids no Paraná

A distribuição gratuita da droga AZT aumentou em seis vezes a média de casos de Aids no Paraná. Em fevereiro, a Secretaria de Saúde estadual recebeu a notificação de 59 novos casos. Desde 1984, foram registrados 514 casos de Aids no Paraná, com 73,3% de mortes. O aumento do número de casos da doença notificados deve-se ao fato de que, para receber o medicamento, o indivíduo precisa comprovar ter o vírus da Aids. Isso tem levado muitos portadores do vírus, que antes não queriam se identificar, a procurar os postos de distribuição do AZT.

### Concordata

O governo planejava enviar ao Congresso, esta semana, um projeto de lei de falências e concordatas, modificando substancialmente a lei em vigor e tornando a legislação relativa a falências e concordatas semelhante à norte-americana. A concordata preventiva irá desaparecer e no seu lugar surgirá o plano de recuperação da empresa, nos moldes que há hoje nos Estados Unidos. Para se submeter à proteção judicial pelo plano de recuperação, a companhia precisa ter pelo menos 100 empregados ou dominar tecnologia relevante. Se não se enquadrar em nenhum desses casos, será difícil escapar da falência.

### Concordata 2

O objetivo é evitar concordatas e falências fraudulentas e acelerar a tramitação desses processos. Uma comissão composta por representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Receita Federal, Banco Central, confederações da indústria e comércio, entre outras entidades, elaborou o novo texto. A comissão foi coordenada pelo Ministério da Justiça.

### Concordata 3

Outra mudança importante no projeto de lei de falência e concordatas desaparecem as figuras do comissário e do síndico. Essa é uma crítica antiga, feita pelos advogados que trabalham nessa área. Como o síndico e o comissário são remunerados — entre 1% e 5% do valor da dívida global —, muitas vezes eles adiam a solução do processo, para aumentar seu ganho. No lugar do síndico e do comissário surge a assembleia de credores, presidida pelo maior credor.

### Livre mercado

A constatação é de Ricardo Semler, empresário, e um dos mega-representantes da classe em todo o país: todas as confrarias industriais começam a gritar contra o livre mercado que tanto reivindicam. Semler prevê que o governo irá ceder, porque não tem força para resistir. Assim, completa o empresário, "os setores que puderem chantagear o Planalto (e não são poucos) terão proteções especiais. Haverá algum tipo de reaquecimento, e tudo que foi feito até agora será jogado pela janela. A tal da elite exigirá a volta do lucro e da capitalização, e o país que se lixe. Passado algum tempo, voltaremos à crise. Nada de estrutural terá sido mudado. Quase todas as políticas do governo fracassaram ou foram um pique por pressões ilegítimas, desvio de verbas ou incompetência generalizada. O país se curvou aos FMI e Clubes de Paris da vida".

## Fórum de Desenvolvimento será realizado 4ª-feira

Será realizado quarta-feira (18), no Paol Club de Campo, o Fórum de Desenvolvimento Municipal, cujo objetivo é debater alternativas de oportunidades para Campo Largo, promover o desenvolvimento do comércio, buscar alternativas de exportação e traçar o perfil do empresário para os próximos anos. O Fórum é uma iniciativa da Prefeitura (através da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio), Associação Comercial e Industrial de Campo Largo, Secretaria de Estado da Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia e do Senbrae — Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, regional do Paraná.

Da programação do evento constam palestra de abertura, a cargo do prefeito Afonso Portugal Guimarães, às 9 horas, seguida pelos trabalhos de formação da Mesa Diretora do Fórum e definição dos objetivos do encontro. As 9h30min haverá palestra do diretor da Carteira de Fomento do Banestado, Paulo Roberto Pereira de Souza, sobre o tema "Fomento Industrial". As 10h15min, o tema "Mercosul" será abordado em palestra de Antonio Caron (coordenador do Desenvolvimento Industrial e Comercial da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio, Ensino Superior, Ciência e Tecnologia). Ainda no período da manhã, o diretor superintendente do Senbrae/Paraná, Hélio Cadore, fará palestra sobre "Desenvolvimento Municipal".

Para o período da tarde, a programação do Fórum marca discussão e levantamento de sugestões para o desenvolvimento municipal, a partir das 14 horas, tomando por base os seguintes temas:

## Edson Leucz preside o PST

O Partido Social Trabalhista (PST) realizou sua convenção municipal domingo (8) na Câmara de Vereadores. Foram eleitos os 30 titulares do diretório do partido em Campo Largo, 10 suplentes, o delegado à convenção regional e os componentes da Comissão Executiva: presidente — Edson Leucz; vice-presidente — Antonio Osvaldo Barausse; secretário — Mário Beber; tesoureiro — Antonio Edson Pianaro. O prefeito Afonso Portugal Guimarães foi eleito delegado à convenção regional.

O novo presidente municipal do PST, Edson Leucz, informou que participaram da convenção cerca de 35% dos filiados, superando a exigência mínima de 20% prevista na legislação eleitoral. Atualmente, o PST tem cerca de 400 filiados no município.

A chapa eleita foi de consenso. Sobre a participação do PST nas próximas eleições municipais, Edson Leucz informou que há grande tendência de coligação com o PDT (Partido Democrático Trabalhista), para apoiar o



Edson Leucz deverá ser candidato a vereador pelo PST.

candidato a prefeito indicado por aquele partido, devendo o PST lançar chapa de candidatos a vereador. Entre os nomes mais citados para disputar uma vaga na Câmara pelo PST estão, além do próprio Edson Leucz (ex-PMDB e que ficou na 1ª suplência nas eleições de 1988 pela diferença de um único voto), figuram outras lideranças expressivas como Ailton de Oliveira (Farrapo), João Lascoski (do Timbóva), Pedro Mozuck, Manoel Emílio dos Santos (Nequi-

Partido Social Cristão elege diretório

Realizou-se dia 8 a convenção municipal do Partido Social Cristão — PSC, nas dependências da Escola Municipal Dr. Felinto Teixeira, no Itaquí. A convenção escolheu os membros do Diretório Executivo Municipal do partido, aconchendo por unanimidade a Chapa Peixinho, encabeçada por Aloizio Mordezim.

O PSC campolarguense tem o objetivo maior de garantir espaço político aos jovens. "O socialismo cristão entende que todas as religiões, mesmo que indiretamente, devem ter participação na política", complementa o presidente do diretório, Aloizio Sebastião Mordezim.

Segundo ele, a população não vai escolher governantes pela grandeza ou pelo passado da sigla partidária. "Estamos aqui para formar uma corrente que deve ser forte, à altura da missão que temos a cumprir. Estamos certos de que temos condições de colocar o socialismo cristão no mais alto relevo político campolarguense. O estímulo que estamos recebendo dos amigos presentes foram escolhidos: Orleão Antonio Lamour, Anísio Dalmazio, Reinaldo de Souza Ribeiro e Marcio Lopes da Silva.

calçados

Parabéns!

São 2 anos de conquistas e vitórias e quem ganha é você.

CANUANA começa agora seu crediário próprio para facilitar as suas compras.

O melhor atendimento com os melhores preços e com a melhor qualidade.

Confira já!

CANUANA CALÇADOS

Rua Gonçalves Dias, 990 — Fone: 292-2777

## Consumidor comenta efeitos do Código criado para defendê-lo

O Código de Defesa do Consumidor completou um ano quarta-feira (11). Quando entrou em vigor foi festejado como fator de modificação e aperfeiçoamento das relações entre consumidores, comerciantes e fornecedores. Considerado como legislação das mais modernas, o Código, no início, acarretou algumas situações de confronto entre as partes, mas, com o correr do tempo, a realidade encarregou-se de acomodar a situação. Nas grandes cidades brasileiras organizaram-se entidades e conselhos de defesa dos consumidores, que prestam serviços gratuitamente à população. A maioria dos casos (mais de 80%) encaminhados a esses órgãos são resolvidos. Nas cidades menores, como Campo Largo, ainda não houve a implantação desses órgãos de defesa, e o consumidor lesado, muitas vezes, não tem a quem recorrer. A ampla divulgação do Código e a crescente conscientização de consumidores, comerciantes e fornecedores têm possibilitado algumas melhoras. A população perdeu a vergonha de reclamar, de fiscalizar e passou a prestar mais atenção à data de fabricação e validade dos produtos, principalmente de alimentos.

Em todas as comarcas, os representantes do Ministério Público (promotores de justiça) têm sob sua responsabilidade o recebimento de denúncias sobre o descumprimento das leis e, entre elas, do Código de Defesa do Consumidor. O Ministério Público de Campo Largo funciona no Fórum, à Rua do Centenário, s/n, fone 292-1271.

A Associação Comercial e Industrial também elaborou e distribuiu entre seus associados uma cartilha de orientação aos comerciantes e reproduziu o Código para que todos fossem informados sobre a legislação. O presidente Bechara Amin afirmou que a Associação tem procurado resolver os casos surgidos com intermediação direta e diálogo entre as partes. Também será implantado a médio prazo, pela Associação, o Deacon (Departamento de Defesa do Consumidor). A Associação Comercial e Industrial de Campo Largo funciona à Rua do Centenário, nº 1957 (sobreloja), fone 292-3385.

Também há possibilidade de implantação do Conselho Municipal de Orientação e Proteção do Consumidor, prevista pelo artigo 220 da Lei Orgânica municipal. O vereador Osvaldo Zotto (PTB) solicitou a implantação do Conselho em 1991, logo após a entrada em vigor do Código de Defesa do Consumidor.

A Folha realizou enquete com consumidores campolarguenses para saber como está a situação após um ano da implantação do Código.



"Nunca tive problemas com produtos comprados com defeito ou estragados. Por isso não sei dizer se melhorou ou não com essa nova lei. Se algum dia tiver problema vou reclamar, mas se ser que alguma loja não queira trocar a mercadoria. Comigo nunca aconteceu, mas ouvi falar de pessoas que já tiveram esse tipo de problema. Espero que melhore para os compradores". (Pedro Balaba Sobrinho, ajudante de produção).

Edson Leucz considera que todos os filiados têm condições de pleitear candidatura a vereador. Ele espera ampliar o número de filiados do PST, ficando à disposição dos interessados, através do fone 292-1556.

O Diretório Executivo Municipal do PSC é constituído por Aloizio Sebastião Mordezim (presidente), Adair Moura da Silva (vice-presidente), Carlos Roberto Pereira Neres (secretário-geral), Reginaldo Martins de Oliveira (tesoureiro), Sérgio Iorio Heymovski, Miguel Marques da Silva, Elorinto Nascimento de Oliveira, Celso Luiz Radicheski, Rodrigo Joaquim Ferreira, João Ambrósio Rodrigues e Divonei Steller Dambroski. Como suplentes foram escolhidos: Orleão Antonio Lamour, Anísio Dalmazio, Reinaldo de Souza Ribeiro e Marcio Lopes da Silva.

"Acho que não melhorou nada. O consumidor não tem direito algum. Ou se tem, nunca foi respeitado. E isso não apenas aqui em Campo Largo, mas em todo o país. Eu nunca tive problemas com lojas ou mercadorias, mas se tiver vou reclamar e conseguir respeito. Mas sei que a maioria do povo brasileiro não tem vez e já se conformou com as dificuldades. Mas essa lei não melhorou a situação do consumidor". (Carlos Augusto Menezes, vendedor ambulante).



"Até hoje ainda não tive problemas com compras. Não posso saber se melhorou, porque moro na área rural e não tenho muito contato com o comércio da cidade. Mas acho que toda pessoa tem que reclamar seus direitos. Se todo mundo reclamar, os vendedores vão ter que cumprir a lei e desse modo pode melhorar para todos. Se existe a lei, ela deve ser obedecida, pois só assim é que vai melhorar". (Iracema de Jesus Kinab, trabalhadora rural).



"Acho que melhorou bastante, mas ainda tem mercado que não observa as normas estabelecidas. Eu mesma já cheguei a comprar produtos com data de validade vencida, como iogurtes, mas não reclamei porque as crianças já tinham aberto a embalagem. Também já comprei leite azedo, que foi trocado. Outra ocasião, o problema foi com leite condensado estragado. É importante a gente fiscalizar melhor e exigir produtos não vencidos". (Joclene Joânico Gonçalves, dona-de-casa).

"Deve ter melhorado para o consumidor, mas precisaria haver mais fiscalização, principalmente na área da alimentação. As pessoas passaram a prestar mais atenção à data de validade dos produtos, e as empresas infratoras se obrigaram a trocar mercadorias ou devolver o dinheiro para o consumidor. Comigo, no entanto, houve uma experiência negativa: mandei uma carta e amostra de produto estragado (Nescau) para a Nestlé e apenas recebi um telefonema da empresa informando a impossibilidade de análise por causa da quantidade enviada". (Adriana do Rocio Age, comerciante).

Acredito que o Código melhorou em alguns setores, principalmente na área da alimentação. As pessoas passaram a prestar mais atenção à data de validade dos produtos, e as empresas infratoras se obrigaram a trocar mercadorias ou devolver o dinheiro para o consumidor. Comigo, no entanto, houve uma experiência negativa: mandei uma carta e amostra de produto estragado (Nescau) para a Nestlé e apenas recebi um telefonema da empresa informando a impossibilidade de análise por causa da quantidade enviada". (Adriana do Rocio Age, comerciante).

NÃO SEJA ROUBADO

Instale um ALARME SULTON na sua residência, comércio ou indústria

- duma mais tranquilo.
- Fabricação própria
- Protege portas, janelas, etc. e também aberturas de parede (buraco) ou telhados.
- 01 ano de garantia total
- 10 anos de qualidade e assistência técnica

LIGUE 292-4372

Disque revenda e manutenção

Alarms Sulton

ACERVO HISTÓRICO

MUNICÍPIO DE CAMPO LARGO - PR